

A ESCRITA DA CLÍNICA E A PREPARAÇÃO DO ROMANCE: RESSONÂNCIAS DOS RESTOS NA FORMAÇÃO DE ANALISTAS

*Amanda Cristina Costa dos Santos** 

*Roberto H Amorim de Medeiros*** 

*Cláudia Bechara Fröhlich**** 

RESUMO

O presente artigo discute a escrita da clínica psicanalítica como elemento central na formação do analista, propondo a metáfora do “catar restos” – inspirada na obra de Agnès Varda – para descrever o recolhimento dos traços discursivos que emergem no *só-depois* das sessões. A partir das noções de “material reservado” e das formas breves de anotação, o texto estabelece um diálogo interdisciplinar entre a psicanálise e as reflexões de Roland Barthes sobre a “preparação do romance”. Sustenta-se que essas escritas fragmentárias, embora despretensiosas e frequentemente não destinadas à publicação, configuram um campo de prática ética e estética. O estudo articula essa produção textual ao conceito de *Bildungsroman* (Romance de Formação), deslocando a formação do analista de um ideal burocrático para um processo de cultivo contínuo e subjetivante. Conclui-se que a escrita da clínica, ao operar sobre os restos da transferência e as lacunas da memória, constitui uma ferramenta indispensável para a elaboração e a inscrição do sujeito na posição de analista.

Palavras-chave: escrita da clínica, formação do analista, tempo psicanalítico, anotação, transferência

*Mestra em Psicanálise pelo PPG Psicanálise: Clínica e Cultura, da UFRGS.
E-mail: amandasinparaguas@gmail.com

**Professor Associado UFRGS do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura e do Departamento de Saúde Coletiva. Coordenador do Grupo de Pesquisa clínicaS de Território: saúde, cultura e psicanálise. E-mail: robertoamorim80@hotmail.com

***Professora no Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduada em Psicologia, mestre e doutora em Educação; todas pela UFRGS. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC_eixo 2/UFRGS).
E-mail: claudiafroehlich@hotmail.com

CLINICAL WRITING AND NOVEL PREPARATION: RESONANCES OF REMNANTS IN ANALYST FORMATION

ABSTRACT

This article discusses psychoanalytic clinical writing as a central element in the training of the analyst, proposing the metaphor of “gleaning remains” – inspired by the work of Agnès Varda – to describe the collection of discursive traces that emerge in the après-coup of sessions. Based on the notions of “reserved material” and brief forms of notation, the text establishes an interdisciplinary dialogue between psychoanalysis and Roland Barthes’ reflections on the “preparation of the novel.” It is argued that these fragmentary writings, although unpretentious and often not intended for publication, constitute a field of ethical and aesthetic practice. The study articulates this textual production with the concept of Bildungsroman (Novel of Formation), shifting the analyst’s training from a bureaucratic ideal toward a process of continuous and subjectivating cultivation. It concludes that clinical writing, by operating on the remains of transference and the gaps of memory, constitutes an indispensable tool for the elaboration and inscription of the subject in the position of the analyst.

Keywords: clinical writing, analyst’s formation, psychoanalytic time, notation, transference

LA ESCRITURA CLÍNICA Y LA PREPARACIÓN DE LA NOVELA: ECOS DE LOS RESTOS EN LA FORMACIÓN DE ANALISTAS

RESUMEN

El presente artículo discute la escritura de la clínica psicoanalítica como elemento central en la formación del analista, proponiendo la metáfora de “recoger restos” – inspirada en la obra de Agnès Varda – para describir la recolección de los trazos discursivos que emergen en el después de las sesiones. A partir de las nociones de “material reservado” y de las formas breves de anotación, el texto establece un diálogo interdisciplinario entre el psicoanálisis y las reflexiones de Roland Barthes sobre la “preparación de la novela”. Se sostiene que estas escrituras fragmentarias, aunque desprovistas de pretensión y con frecuencia no destinadas a la publicación, configuran un campo de práctica ética y estética. El estudio articula esta producción textual con el concepto de Bildungsroman (Novela de Formación), desplazando la formación del analista de un ideal burocrático hacia un proceso de cultivo continuo y subjetivante. Se concluye que la escritura de la clínica, al operar

sobre los restos de la transferencia y las lagunas de la memoria, constituye una herramienta indispensable para la elaboración e inscripción del sujeto en la posición de analista.

Palabras clave: escritura de la clínica, formación del analista, tiempo psicoanalítico, anotación, transferencia

PALAVRAS DE ABERTURA: OS CATADORES E OS RESTOS

No longa-metragem *Os catadores e eu*, Agnès Varda – diretora e dona da voz que narra o documentário – define: catar é apanhar os restos depois da colheita. Uma das entrevistadas acrescenta: na colheita, pegamos os frutos suspensos, aquilo que está pendurado; quando catamos os restos, apanhamos aquilo que cai (Varda, 2000). Essa imagem remete à escrita do que se escuta em sessão: depois de um atendimento, a colheita, catamos os restos, aquilo que *caiu de maduro*, e o erguemos em outra direção. A despeito da queda, os restos são, justamente, aquilo que emerge: não são os frutos suspensos, mas os que ficam no chão, como se dali brotassem. Para que os vejamos, é preciso redirecionar o olhar. Quando catamos os restos de uma escuta e os dispomos como escrita sobre um papel algo pode emergir. Varda capta uma série de imagens das suas próprias mãos, com a câmera em punho. As mãos com as quais se cata também são com as que se escreve.

Nos referimos às mãos como a parte do corpo que não nos deixa mentir a idade: irreparavelmente é nelas que se inscrevem as marcas do tempo. Nos escritos que produzimos, também estão impressas as marcas daquilo que vivenciamos. A escrita do que escutamos em uma sessão de análise carrega a marca daquele que escuta. No contexto da clínica psicanalítica freudolacaniana, essa escrita é construída a partir da transferência estabelecida entre analista e analisante e essa especificidade possibilita que um registro aparentemente burocrático tenha efeitos no tratamento.

Ao contrário da história mais comum que escutamos – a de que o primeiro objeto criado foi uma lança, um punhal, algo pontiagudo usado para matar e se alimentar da carne dos animais –, em *A teoria da bolsa da ficção*, Ursula K. Le Guin (2021) propõe que o primeiro aparato cultural inventado provavelmente teria sido um recipiente, um objeto para carregar coisas. A autora retoma a cena de abertura do filme *2001: uma odisseia no espaço*, em que uma lança recém esculpida é jogada para cima e a cena é

cortada para logo surgir na tela a imagem de uma nave espacial. As histórias grandiosas comumente giram em torno da figura do herói, entretanto, os primeiros seres humanos alimentavam-se sobretudo daquilo que vinha da terra, por isso a hipótese de que o primeiro objeto inventado tenha sido um recipiente onde carregar a colheita. A autora pontua que essa não seria uma história tão interessante de ser contada, mas aponta que, mesmo sem o grande conflito ocupando o centro da narrativa, a história da colheita e do que se inventa para carregá-la tem algo de valioso: uma criação que acontece porque algo precisa ser *colhido*.

Trata-se de pensar na intenção de trazer à cena aquilo que, em um primeiro momento, costuma passar despercebido. Esse ato tem íntima relação com a prática de escrever sobre aquilo que se escuta. As notas que uma psicanalista toma não são feitas em sessão. Anota-se em um tempo *só-depois*, em que é preciso catar os restos do que se escutou em transferência. A memória não guarda tudo aquilo que foi falado, mas tenta transpor os rastros do que foi dito e de como foi dito ao papel ou à tela, ainda que de modo lacunar e não linear. Desse trabalho de passagem, destacamos a palavra *resto*, que não é estranha à psicanálise, e é, para este artigo, ponto nevralgico para a condução do trabalho clínico.

A noção de *resto* é encontrada em Freud quando o autor compara o fazer do analista ao fazer do arqueólogo. No texto *Construções em análise*, ele diz:

[...] devemos considerar que o escavador lida com objetos destruídos, dos quais partes grandes e importantes certamente se perderam, devido à violência mecânica, ao fogo ou a saques. Por maior que seja o esforço, não se consegue encontrar essas partes para compô-las com os restos preservados. Dependemos única e exclusivamente da reconstrução, que, por isso, muitas vezes não consegue ir além de um certo grau de probabilidade. A situação é diferente com o objeto psíquico, cuja história prévia o analista quer levantar. Aqui, geralmente acontece o que só em felizes casos excepcionais aconteceu em Pompeia ou com a tumba de Tutancâmon. Todo o essencial ficou preservado, mesmo aquilo que parece totalmente esquecido ainda está presente de alguma forma em algum lugar, estando apenas soterrado, tornado inacessível ao indivíduo. Como se sabe, duvidamos que qualquer formação psíquica realmente seja suscetível à destruição total. (Freud, 2017a [1937], pp. 368-369)

Ao escutar um sujeito, trabalhamos com aquilo que resta nas palavras daquele que fala, especialmente quando os lapsos, chistes e produções oníricas apontam para uma outra parte que chega transfigurada. Escutamos aquilo que é colocado em palavra e que desde já é resto. Em uma reconstrução do dito, catamos algumas delas e ora as devolvemos prontamente ao analisante, ora as depositamos em forma escrita para retomá-las mais tarde. Os restos que são catados da fala do analisante e trabalhados em ato, os restos que são anotados após um trabalho de escuta, os restos tomados como rastros escritos pelo analista e que em um *só-depois*, quando revisitados, irão contribuir para uma solução de conjunto, todos esses restos, marcados por diferentes temporalidades, são a tônica do trabalho do analista e deles dependem sua jornada formativa. Os espaços textuais construídos pelo analista constituem também o campo de sua prática.

Neste contexto, e inspirados pelo gesto de Varda, apostamos que o trabalho de reconstrução dos restos, em um recorrente operar a partir das anotações que comumente se faz sobre a escuta na clínica, pode se constituir como campo de exercício da prática e colaborar para a formação do analista. Trata-se neste artigo de convidar a lançar o olhar para as breves anotações realizadas nos pós sessões, que de tempo em tempo são retomadas e ressignificadas pelo praticante da psicanálise e que constituem um “material reservado”, justamente porque essas notas quase sempre são escritas sem fins de publicação. Tomando como objeto de análise a operação de escrita deste material reservado que permite um trabalho posterior de reconstrução das diversas camadas daquilo que se produz em ato na sessão, alcançamos a proposição de que a escrita da clínica constitui um elemento formal da própria inscrição do sujeito como analista, o que configura a posição crítica deste trabalho no campo problemático atual da formação em psicanálise.

Desse modo, a tessitura deste artigo se aloca na tradição metodológica do campo psicanalítico ao apresentar reflexões de caráter ensaístico-narrativo e retomar uma interrogação sobre o que se faz com os restos da colheita de um trabalho prévio de escuta clínica e seu papel na formação e no exercício da prática clínica da analista. Neste percurso, o reencontro com o material, a memória e a transferência foram bússolas metodológicas que guiaram as mãos que escreveram e alinhavaram a produção deste trabalho.

Para além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções: (1) a importância da narrativa e a escrita da clínica; (2) a escrita das sessões psicanalíticas e as temporalidades do registro; (3) as anotações como preparação; e (4) o ‘romance de formação’ de analistas. Conclui-se que manter diários da escrita da clínica, enquanto anotações breves, despretensiosas e sem fins de publicação, embora com endereçamento, podem constituir um campo de prática para o analista interrogar seu próprio *saber fazer-se* analista

A IMPORTÂNCIA DA NARRATIVA E A ESCRITA DA CLÍNICA

Entre tantas acepções, o espaço de análise pode ser entendido como o lugar em que o sujeito pode narrar versões de sua história – aqui, entendendo a história não apenas como passado, mas como passado na medida em que é historiado no presente (Lacan, 2009 [1953-1954]). Em um tratamento psicanalítico há uma aposta para ambos os lados, a de que narrar é mecanismo de invenção que altera enquadres e direções do que vivemos no aqui e agora. Ao construir o passado por meio da fala, o sujeito reinventa o presente e também constrói hipóteses de futuro. Para tanto, as mesmas histórias costumam ser narradas repetidas vezes. Contudo, nunca do mesmo jeito.

No início do livro *O tempo e o cão*, Maria Rita Kehl (2009) conta da vivência efêmera do atropelamento de um cachorro. Diz a autora: “[...] não teria se tornado acontecimento se eu não tivesse tido a necessidade de voltar à cena diversas vezes” (Kehl, 2009, p. 17). Na companhia de Walter Benjamin e da dialética entre vivência e experiência enunciada pelo autor, Kehl afirma que o ato de narrar e de fazê-lo repetidamente se aproxima da tentativa de registrar uma experiência, ato que abre possibilidades a outras formas de existir no mundo. Nesse sentido, Costa (2001) pontua que a experiência é a que opera a passagem do conhecimento ao saber: um saber que é “[...] necessariamente corporal e, portanto, também inconsciente” (pp. 32-33). A experiência, pois, requer um corpo de trabalho além do testemunho do outro. Se o que é esperado ao final de um percurso de análise é que se produza um saber (“um saber que não se sabe”), pode-se admitir que narrar sobre a experiência da escuta tem

efeitos para o andamento da clínica psicanalítica. O lugar de escrita pode ser entendido, dessa forma, como um ‘entre lugar’ de testemunho do trabalho em curso.

Quando um analisante se põe a rememorar seu passado, ele se torna um contador de história que busca ir em direção à restituição dessa história que, como analistas, também visamos pela via da técnica. Lacan (2009 [1953-1954], p. 22) nos diz que “[...] o fato de que o sujeito revive, rememora, no sentido intuitivo da palavra, os eventos formadores da sua existência, não é, em si mesmo, tão importante. O que conta é o que ele disse reconstrói”. E acrescentamos: e o que disse ele inventa ao narrar. Se ao falar sobre rememoração Lacan (1998a [1958]) pontua que não se atinge a cura analítica porque se rememora, mas se rememora porque se fica curado, é possível dizer, então, que um tratamento analítico aponta para a possibilidade mesma de alguém narrar-se.

Em contrapartida, quando escrevemos sobre o que se passa em um tratamento analítico, debruçamo-nos sobre as narrações-invenções que se dão em sessão sustentada pela transferência. Portanto, esse escrito é parte do processo de análise. Entretanto, ao registrar há uma perda, já que emprestamos as palavras que usamos de uma rede semântica já estabelecida e limitada, que dá caráter social ao relato que fazemos. Escrever a clínica é, portanto, um ato que envolve aquele que escreve, aquele que foi escutado e, ainda, um interlocutor imaginário. Afinal, incorporamos a narrativa à língua (à qual, antes, fomos incorporados) para *endereçar* esse relato. Surge a questão de saber a quem se endereçam esses escritos?

Neste artigo, pensamos sobretudo no material que registramos sem um destinatário evidente. Escolheu-se chamar de “material reservado” a essas anotações tomadas recorrentemente ou a cada tanto depois das sessões e que não visam uma publicação, nem o compartilhamento com os pares e, frequentemente, nem à discussão em supervisão. Trata-se daquele material que supomos que não será lido, mas que, ainda assim, é produzido com um endereçamento, o que faz entrar em cena um leitor terceiro, ainda imaginado. O tema das notas que são tomadas ao final de cada sessão se entrelaça à formação do analista na medida que esses escritos não são, do ponto de vista da psicanálise, um documento demandado, mas sim um acordo tácito com o desejo de ser analista e de sua necessidade

de escrita e de leitura daquilo que se passa em transferência. Nomeá-las como “material reservado” traz o entendimento de que esses escritos são reservados àquele que escuta, constituindo um material em que, por ter registrado os restos do ínfimo, do detalhe, do equívoco, irá permitir manter uma conversa viva e aberta com esse interlocutor imaginário.

Dada a importância da escrita da clínica na condução de uma escuta psicanalítica, uma questão que moveu este trabalho é *como registrar algo da ordem da experiência?* Há quem organize os registros como uma narrativa corrida e outros que estruturam seus escritos item a item. Há, também, aqueles que conversam mais diretamente com a literatura e se aventuram na poesia e na narrativa deliberadamente ficcional. Independentemente da forma como se escolhe registrar, há um alinhamento do que catamos – esse que a língua nos exige e que faz daquilo que escrevemos passível de ser lido por outrem. Escrevemos, afinal, porque se lê.

Dada a limitação da língua e da memória, ao registrar os restos colhidos e depararmo-nos com a impossibilidade de *tudo transmitir*, outros restos são produzidos. Enquanto há resto, há lugar para a pergunta: *e o que acontece depois?* Nesse sentido, o que se passa em sessão movimenta a escuta e, assim, nos coloca a pensar não só “o caso”, mas também o lugar do analista na cena.

A ESCRITA DAS SESSÕES PSICANALÍTICAS E AS TEMPORALIDADES DO REGISTRO

Entre outros fatores, foi por meio da escrita daquilo que Freud escutava na clínica que a psicanálise pode se constituir como um saber para o médico vienense que publicou, ao longo de quase quatro décadas, elaborações acerca dos tratamentos que conduzia. No começo do texto *Análise fragmentária de uma histeria*, relativo ao caso Dora, o psicanalista pontua que:

A publicação de meus casos clínicos ainda é para mim uma tarefa problemática, mesmo que não mais cuidando desses incompreensíveis malevolentes. As dificuldades são em parte de ordem técnica, e em parte decorrentes da própria natureza das circunstâncias. [...] [É certo que os doentes jamais teriam falado, se lhes tivesse ocorrido a possibilidade de uma utilização científica de suas confissões, e igualmente certo de que em vão lhes solicitaríamos autorização para publicá-las. [...] Eu penso,

no entanto, que o médico assumiu deveres não só para com o doente, mas também para com a ciência – o que no fundo significa: para com os muitos outros doentes que sofrem ou ainda sofrerão da mesma enfermidade. Tornar público o que acreditamos saber sobre as causas e a estrutura da histeria se torna um dever, e a omissão, uma covardia indecorosa, quando se puder evitar o dano pessoal direto do paciente em questão. (Freud, 2010, pp. 174-175).

Na publicação sobre a condução desses tratamentos, Freud encontrou uma maneira de legitimar a teoria que formulava. Nesses escritos, teoria e prática se articulam mutuamente. Sobre isso, Porge (2009 [2007], p. 21) destaca que “não é possível, no conjunto do texto traçar uma fronteira entre os elementos factuais da história, seja a do sujeito, a da doença ou a do tratamento, e a teoria que os engloba. Os diferentes registros estão, a cada passo, intrincados”.

Nos textos de Freud também é possível encontrar menções sobre outra escrita da clínica que não a publicação dos casos que escutava. Trata-se das notas que ele tomava ao final do dia:

Não recomendo fazer anotações de grande extensão nas sessões com o analisando, nem fazer registros da sessão e assemelhados. Além da impressão desfavorável que isso causa em alguns pacientes, valem, por sua vez, os mesmos aspectos que destacamos na memorização. Necessariamente, fazemos uma seleção nociva do material enquanto anotamos ou estenografamos, além do que ocupamos uma parte de nossa própria atividade intelectual, que deveria ser mais bem aplicada na interpretação do que ouvimos. Sem sermos criticados por isso, podemos aceitar exceções a essa regra, valendo para datas, textos de sonho [Traumtexte] ou resultados específicos relevantes, que facilmente podem ser separados do contexto, sendo adequados como exemplos de uma utilização autônoma. Mas também não costumo fazer isso. Anoto exemplos à noite depois de terminado o trabalho, a partir do que me lembro; quanto aos textos de sonho que me interessam particularmente, peço que os pacientes os registrem após contarem o sonho. (Freud, 2017b [1912], p. 96).

Se a publicação de casos dizia aos pares do primeiro psicanalista algo inédito sobre um saber em construção, hoje é menos comum que ela tenha essa função:

Eis a razão pela qual, mesmo se o exemplo de Freud é sempre um ensino, não é possível prevalecer-se disso para publicar atualmente os relatos de tratamento. A não ser que nos coloquemos na posição de invenção e na posição de provar que isso traz alguma coisa de novo para a visada científica da psicanálise, o que é muito raro. Porge (2009 [2007], p. 52).

Nota-se que há, desde os primórdios da psicanálise até os dias de hoje, variadas formas de escrever sobre o que escutamos em atendimento, bem como diferentes finalidades. Se, segundo Porge, hoje não precisamos escrever sobre os casos visando o ineditismo teórico, por outro lado, manter-se debruçado sobre aquilo que escutamos, em busca de encontrar algo não antevisto, parece reafirmar a possibilidade de atualização da teoria psicanalítica e possibilitar que continuemos a trabalhar com ela ao longo do tempo. Tendo sido inventada em um contexto sociocultural diferente do que vivemos, a Psicanálise não pode ser tomada como teoria estanque.

Ao escrever sobre a clínica, escrevemos sobre algo que nos é contado. Para tanto, enfileiramos palavras no espaço e alinhamos acontecimentos no tempo. A temporalidade da escrita é diferente daquela da análise, pois insere uma dimensão cronológica ainda que não façamos esse registro na intenção de criar uma narrativa linear. A escrita traz algo de linearidade ao escrito. No entanto, a rede semântica que temos disponível está em constante reinvenção, o que nos permite criar recursos para narrar aquilo que porventura não se transmita bem pelas regras da gramática de uma língua. Em *A guerra não tem rosto de mulher*, Svetlana Aleksíétvitch (2016) destaca que só podemos falar do passado com a língua de hoje. Nessa perspectiva, será com a rede semântica disponível no futuro que poderemos dizer daquilo que nos passa atualmente.

A escrita também nos pede uma reordenação do que escutamos, além de uma triagem inevitável do material que aparece nos atendimentos. Registramos aquilo que fica: os restos. Esse registro tem a marca daquele que escuta. Do que está no chão escolhemos o que vamos trazer ao cesto. As mãos catam o que apreendemos com os desvios do olhar e da escuta.

Ainda em *A guerra não tem rosto de mulher*, a autora afirma que, quando falamos da História, estamos “[...] lidando com versões, cada um tem a sua, e delas, do volume e do cruzamento delas, nasce a imagem do tempo e das pessoas que vivem nele” (Aleksiétvitch, 2016, p. 18). Nesse sentido,

pode-se reconhecer que é do cruzamento daquilo que é enunciado e do que é escutado que nasce a imagem do que se dá no espaço de análise. É importante considerar, dessa forma, que aquilo que contamos sobre o que se passa em sessão é um ato criativo: “[a lembrança] antes de mais nada, é uma criação. Ao contar, as pessoas criam, ‘escrevem’ sua vida. Acontece inclusive de ‘acrescentarem’ ou ‘reescreverem’ passagens”. (Aleksiévitch, 2016, p. 13).

Para Aleksiévitch (2006, p. 17): “[...] os documentos são seres vivos, eles mudam e vacilam junto conosco, é possível extrair algo deles eternamente. Algo novo que nos é necessário justamente agora. Neste minuto. O que estamos procurando?”. Parece importante considerar que aquilo que escrevemos será lido em um outro tempo: sempre existirá um descompasso entre o momento em que o texto é escrito e o tempo em que ele é lido. Nesse sentido, podemos aproximar a escrita e a experiência de fala em análise:

A análise é uma experiência de fala, descontínua, com efeitos ligados ao tempo, à antecipação, ao só-depois, com afastamentos entre o enunciado e a enunciação, com intervenções do analista... uma estenografia linear, cronológica, não daria conta dos efeitos de verdade que se produzem no sujeito. (Porge, 2019, p. 19).

Ao tentar contar o início, nunca se chega ao fim. O que temos são os vestígios. Talvez, o que ao escrever intencionamos transmitir seja precisamente esse traço que vem antes mesmo da fala. Esse traço da experiência.

Com as nossas mãos escrevemos não só com caneta e lápis, mas também com teclas. Em um trecho do livro *História da menina perdida*, de Elena Ferrante (2017 [2014]), a personagens Lina estranha os movimentos do escrever no computador. Ela chama de “movimentos fantasmáticos” os que fazemos em frente à máquina. Afastados da época em que Freud escrevia, nos deparamos com outras formas de registro, não só no sentido de estilo e de uma outra rede semântica em jogo, mas também do meio para o suporte às palavras. É interessante sublinhar que, ao escrever no computador, o corretor ortográfico automático evidencia quais podem ser nossos atos falhos, sublinhando aquilo que destoa do restante da frase. Outras vezes, sugere sentidos que antes não supusemos.

A forma e os meios pelos quais escrevemos se transformam ao longo da história. Assim, se Freud coloca as notas tomadas após as sessões como apoio à memória, hoje podemos pensá-las de maneira mais plural. Aquilo que nos coloca a escrever é o potencial de endereçamento na possibilidade de remeter o que excede os limites da clínica. Há um deslocamento que encontramos ao escrever sobre o trabalho clínico como esse convite a desviar o olhar e a escuta a outros pontos, ao que está no chão, às coisas mínimas. Nesse sentido, as anotações ganham relevo especial; naquilo em que podem vir a ser matéria-prima para colaborar para a construção do caso clínico¹.

AS ANOTAÇÕES COMO PREPARAÇÃO

No item “A nota atordoada” de *O Rumor da Língua* (2004), Roland Barthes refere que se anota sempre e de modo imprevisível aquilo que atravessa uma escuta atordoada. As ideias surgem e são anotadas de modo deslocado, a partir de um “*swing* de atenção” (Barthes, 2004, p. 717). Segundo o autor, na tentativa de tomar a palavra é o tomar a escuta que inebria, como se nela estivesse uma falha irremediável que irá embriagar o sentido: “Sabem a que remonta, por via etimológica, a palavra *atordoado*? Ao tordo embriagado de uva” (Barthes, 2004, p. 717). A nota, coisa que se escreve, é uma produção, não propriamente memória e nunca representação da escuta. É no intuito de sublinhar essa descontinuidade e perda inerente à escuta que Barthes sustenta a anotação como registro privilegiado na construção de uma abertura e não de uma reprodução.

Podemos avançar com Barthes se aproximarmos o tom e ritmo das anotações² que são feitas em diários às anotações feitas após sessões psicanalíticas. Diz ele: “Como fazer daquilo que é escrito no calor do momento um bom prato frio?” (Barthes, 2004, p. 460). Barthes faz essa pergunta diante da observação de Kafka sobre os diários. Em consonância com Kafka, o autor refere um incômodo rondando as anotações em diários:

Quando digo alguma coisa, essa coisa perde imediata e definitivamente a sua importância. Quando anoto, também perde, mas às vezes ganha outra (Kafka). A dificuldade própria ao Diário é que essa importância segunda, liberada pela escritura, não é segura: não é seguro que o Diário recupere a fala e lhe dê a resistência de um novo metal. Por certo a escritura é essa atividade estranha (sobre a qual até agora a psicanálise

não teve pega, compreendendo-a mal) que estanca milagrosamente a hemorragia do Imaginário, de que a fala é o rio possante e derrisório (Barthes, 2004, pp. 460-461).

No Diário, testemunho dos acontecimentos da vida de alguém, temos uma anotação-escritura capaz de se excluir do “céu sereno da Lógica” (p. 462), e que, justamente por carregar esse incômodo, aquilo que ali se escreve como fragmentário, incompleto, indizível, faz o Diário se trabalhar – de modo infinito –, em tentativas diversas de dar contornos ao Real. Sobre isso, Barthes escreve: “[...] posso salvar o Diário com a condição única de trabalhá-lo *até a morte*, até o ponto da fadiga extrema, como um Texto *mais ou menos* impossível: trabalho a cujo termo é bem possível que o Diário assim redigido não se pareça em nada com um Diário” (Barthes, 2004, p. 462).

O escrito feito a partir da escuta de um analisando parece conter esses mesmos elementos destacados: é fragmentário e nunca cessa de não se inscrever. Há, entretanto, o desejo que inscrições aconteçam, emergjam e preparem, por meio dele, o terreno das palavras a serem pagas pelo analista nas intervenções por vir. Em ambos, nos Diários e nos fragmentos anotados após a escuta em transferência, trata-se de um processo reiterado de escrita-leitura-escrita como promessa de trabalho com o significante e suas ressonâncias. Nesse sentido, aquilo que é anotado se constitui como um campo em que se “pratica o recuo infinito do significado” (Barthes, 2004, p. 61). Como jogo de significante, sua lógica não é compreensiva, mas metonímica, assim como seu gesto indica inscrição e não expressão.

O sujeito que escreve é aquele que coloca em giro um movimento que pretende a sua própria inscrição: a inscrição de alguém que escuta como um psicanalista. Suas anotações se constituem como campo de prática e o que se registra são os rastros de uma conversa inconsciente que desloca, dilata, transborda e contrai, fazendo decantar deste “solilóquio” pequenas frases que condensam o caso que escuta. Com Barthes, pode-se admitir que a reunião de todas essas notas preparatórias de modo rapsódico bem poderiam gerar um romance, embora escrevê-lo pudesse ser um exagero, pois há ‘biografias’ que ocupam vasto espaço na biblioteca da humanidade e nunca foram escritas, embora se transmitam no tempo.

No primeiro volume de *A preparação do romance*, curso ministrado por Barthes (2005) no *Collège de France*, encontramos os restos de suas próprias relações feitas anteriormente sobre “escrita, história e subjetividade” e, dessa vez, com o acento no último elemento da tríade. Sob o pretexto de discorrer acerca dos elementos em jogo na preparação da escrita de um romance, Barthes destaca novamente a anotação, forma breve de escrita em que talvez o *haikai*, poema curto de origem japonesa formado por 17 sílabas poéticas, seja a sua própria essência.

Ao lembrar da escrita de Proust, Barthes (2005, p.17) aborda o ato de escrever: “escrever serve para salvar, para vencer a Morte: não a sua, mas a daqueles que ele ama, testemunhando por eles, perpetuando-os, erigindo-os para fora da não-Memória”. Escrever sobre aquilo que se escuta é, também, dar testemunho de que algo aconteceu. Nem sempre se volta a esses registros, mas o ato de escrevê-los colabora para que não nos esqueçamos, para que algo se inscreva. Assim, escrever sobre o que se passa em sessão não é situar a memória, mas justamente salvar aquilo que é registrado da não-Memória. Pouco interessa ao analista um registro com sentido fechado. Pelo contrário, ao escrever podemos abrir lugar para sentidos não antevistos e novos significados que nos pareçam estanques.

Ao tensionar a forma breve, Barthes (2005) refere que escrever um romance seria combater a anotação com a forma longa, justamente ao transpor para o não fragmento (p. 38-39) aquilo que exige ser fragmentado (anotações após as sessões) quando se escreve no calor do momento. Entretanto, é bem possível que a preparação e todo o seu processo de tessitura de fragmentos seja o suficiente para se ter efeitos de emergência de sujeito, ou, no caso que estudamos, de inscrição da travessia de alguns capítulos da vida formativa de um ou uma psicanalista: “pode bem ser que o Romance fique – seja esgotado e realizado – em sua preparação” (Barthes, 2005, p. 43). Desse modo, inspirados em *A preparação do romance*, propomos que aquilo que escrevemos ao longo de uma psicanálise é um produto em si: algo que pode se realizar enquanto forma breve, na própria anotação, e gerar efeitos em quem escuta e em quem fala.

O *haikai* seria o exemplo máximo de forma breve, diz Barthes (2005, p. 73), um ato mínimo de enunciação que se grava com uma responsabilidade quanto à forma, que não é acabado, nem fechado e que

nos lembra da forma e do conteúdo daquilo que se anota daquilo que se escuta em análise. São as formas breves, para além de ser registro de memória, que ao carregar o traço de quem escreve, permite uma leitura *a posteriori* que produz abertura e ampliação de sentidos, o que Lacan chama de deslizamento de significantes. O *haikai* – e as anotações que fazemos – pode ser tomado como memória imediata, como aquilo que deixa uma marca em determinado tempo e lugar.

Acho que é um pouco a função da Poesia, da qual o *haikai* é uma forma radical [...]. É nesse sentido – transformação do acontecimento em memória, mas também consumo imediato dessa memória – que leio os versos de Edgar Poe (Bachelard): ‘Agora, enquanto o destino se aproxima e as horas respiram de leve, as areias do tempo se transformam em grãos de ouro.’ → O *haikai* é, verdadeiramente, um grão de ouro feito com o que, de outra forma (se não houvesse a escritura, seria a areia do tempo. (O ouro: o *haikai*, já o disse, tem vocação de tesouro.) (Barthes, 2005, p. 102).

Ainda sobre o *haikai* parece interessante o que Barthes (2005, pp. 54-55) afirma: “[...] um *haikai*, sozinho, em sua inteireza, sua finitude, sua solidão na página, forma um único ideograma, isto é, uma ‘palavra’ (e não um discurso articulado em frases). [...] O *haikai* anda sozinho, é uma palavra”. Se o *haikai* é uma palavra e o que escrevemos sobre o que se escuta *brinca* de *haikai*, pode-se pensar que nas anotações podem emergir significantes que nos apontam direções possíveis de tratamento.

O *haikai* vacila quanto ao sujeito da frase, sobre a autoria, como se sua propriedade circulasse. Na verdade, ele nunca é sozinho. Aquilo que escutamos em análise não é propriedade privada, é algo que se trama na transferência entre analista, analisante e a cultura, mediada pela psicanálise. O que se produz na escrita reservada da clínica pode ser aproximado do seguinte: “[...] trata-se aqui de um Discurso, não da Explicação, nem mesmo da Interpretação, mas da *Ressonância*” (Barthes, 2005, p. 49). Ou, ainda, como uma anotação “absolutamente subjetiva; o referente é um circunstante: o corpo entorpecido do enunciador, que se diz por seu entorno” (Barthes, 2005, p. 110). Ao escrever sobre o que se escuta em sessão, não se tenta trazer a verdade sobre o sujeito que nos fala: trazemos um tanto de nós mesmos como analistas. Trazemos aquilo que aprendemos

sobre a escuta em psicanálise, os pontos surdos que nos aparecem, a trama que se alinhava por uma lógica ficcional e que tece o saber.

Barthes morreu dois dias após concluir seu curso *A preparação para o Romance* e nunca chegou a escrever de fato o Romance. Ficará em dúvida sobre sua forma e, por isso, tardou em sua publicação. Como ele mesmo afirmou em *O Rumor da Língua* (2004) a Obra de uma vida talvez fosse um exagero fazê-la, justamente pelo efeito de sujeito que a brevidade pode deixar naqueles que assim escrevem.

O ROMANCE DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS

Fala-se da formação do analista como processo interminável e como lugar que é conquistado por meio do reconhecimento dos pares. Sustentar o lugar de analista envolve a afirmação do trabalho sob uma ética. Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1998a [1958]) nos convoca a refletir sobre o modo como o analista está colocado na cena: ele não se anula no jogo. Em trecho popular desse escrito, o psicanalista francês pontua que o analista também tem que pagar, por sua vez, com palavras que são elevadas pela operação analítica a seu efeito de interpretação e com sua própria pessoa, ao emprestar-se como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência. Do texto mencionado, cabe retomar a diferenciação de que o lugar da escuta psicanalítica não é o mesmo que a posição de ouvinte. No primeiro, há uma proposição de que o outro se ponha a falar. A implicação da escuta do analista é, então, condição de fala do analisante.

A formação do analista não é propriamente um conceito dentro do campo da psicanálise. Dunker (2005) sustenta que Lacan pretendia, tanto em sua teoria quanto em sua prática institucional, elevar a noção de formação do analista à condição de um conceito, ainda que essa proposta tenha se mostrado historicamente de difícil realização. Lacan se encontrava diante de um paradoxo: como legitimar um psicanalista se essa formação deveria ser um processo de toda a sua vida - como no Romance de Formação (*Bildungsroman*) - face ao impossível da profissão?

No início do século XIX, na Europa, a palavra alemã *Bildung* alcançou o estatuto de conceito, especialmente no Realismo Alemão, e

passou ao centro das teorias estético-literárias que despertaram a atenção de pensadores como Humboldt, Nietzsche e Höderlin. A polissemia dessa nomeação possibilitou que o termo adentrasse diversas áreas, como a filosofia, a educação e a literatura. *Bildung* quer dizer *formação*, mas também denota *cultivo*. O termo “formação” estaria do lado de um ideal pedagógico a ser alcançado como fim. A acepção de “cultivo” aciona *Bildung* em outra direção: a de valorizar o processo de transformação do sujeito em meio a sua experiência. Desse modo, a ideia de *Bildung* passou a indicar deslocamentos de um sujeito no movimento de tornar-se o que vem a ser na constituição de sua própria identidade (Fröhlich, 2004).

Nascido nas discussões da *Bildung* alemã e traduzido por Romance de Formação, o termo *Bildungsroman* emerge com dupla possibilidade de leitura: é um percurso formativo cuja forma (*Bild* significa imagem) pré-estabelecida é um fim a se chegar. Ao mesmo tempo, também é processo de cultivo de experiências e de transformação de si. Ao deslocar o termo “formação” de uma forma pré-determinada para a ideia de “cultivo” e de caminho percorrido, nesse último incluídas as dúvidas, os impasses, os desvios e os retornos, temos que a formação do analista também tem testemunhado oscilações relativas à sua concepção. Dunker (2005) ressalta que a formação corresponde a um processo de construção de experiências em que meios e fins não se separam e, caso tenha alguma forma essa travessia, ela se assemelharia a uma espécie de longa viagem, em que as vivências do caminho percorrido são mais importantes que a chegada. Assim, o saber em causa na formação não deveria ser considerado com a instrumentalidade de um *saber para fazer*, mas como um saber reflexivo sobre o próprio fazer: um *saber fazer-se psicanalista*, algo que se cultiva de modo não harmonioso e de crescimento orgânico, mas contraditório e nunca pronto a ser colhido. Aqui relembramos de Varda, citada na abertura deste artigo, que inspira em seu cinema a colheita de algo que está caído e precisa de trabalho para ser erguido.

A quem se pode conferir o *status* de psicanalista? Por qual dispositivo? Como os pares legitimam esse processo? Essas perguntas parecem ter acompanhado Lacan ao longo de seu ensino. Identifica-se a oscilação referente à polissemia do termo *Bildung*, até chegar ao momento de um deslocamento radical em direção a ideia de “cultivo”. Conforme

Dunker (2005), entre o período de 1956 e 1957, Lacan publica textos questionando a noção de formação do psicanalista que denunciam o narcisismo dos muitos apegados a seus títulos e ambiciosos pelo falso brilho da ascensão burocrática. Aqueles que pareciam ansiar somente pela conclusão de um programa formativo pouco desafiador, mas garantido institucionalmente. Quando temos um roteiro estabelecido de modo *anterior* à experiência e quando o fim desta experiência fica pré-delimitado *objetivamente* (número de horas em supervisão, número de anos em análise etc.) a consequência é a formação que se torna uma corrida para chegar ao fim, à diferença de uma experiência de formação.

Quando Lacan afirma que o psicanalista não se autoriza senão de si mesmo, sugere que tornar-se psicanalista é um ato ético. Ato que se realiza no interior da análise e que procura restabelecer a ideia da formação em toda a sua radicalidade. Um ato que é próprio do sujeito em formação, mas não solitário, no sentido em que tal ato deve ser reconhecido por alguém. Assim, não seriam as instituições, as supervisões, o saber acumulado ou qualquer outra forma de autoridade constituída que garantiria a existência de um psicanalista, mas a própria relação do sujeito com seu percurso analítico e com a comunidade na qual realiza sua formação, o que também inclui seus analisantes.

O que está colocado é que A Escola de Lacan sustenta e é sustentada também pelo discurso do analista e não apenas pelo do mestre ou da universidade para a formação do psicanalista. O termo Escola rompe com a ideia de associação ou sociedade, situando o reconhecimento entre pares em uma relação específica com o saber e não corporativa para iniciados ou eleitos. A participação na Escola estava pautada na criação autônoma de um pequeno grupo de estudos que deveria desenvolver uma questão à psicanálise e anunciar seus produtos e sua dissolução em até dois anos. Tratava-se do *cartel*, que poderia ser acompanhado periodicamente por algum psicanalista mais experiente cujo papel seria resolver crises da produção do grupo e não ocupar o lugar de mestria ou de orientação de consciências. De outro lado, o dispositivo do *passe*, em que a narrativa da análise para outros dois analistas em formação funcionava tanto como reconhecimento do postulante à analista de escola como meio de pesquisa e avanço da psicanálise na medida em que se tornava pública o que uma

análise produziu (Medeiros, 2018). A Escola também deveria incentivar a participação de não analistas: filósofos, educadores, artistas, médicos, ou seja, no limite reencontramos aqui o ideal universalista da cultura como *Bildung* (Dunker, 2005).

Em 1980, Lacan decide dissolver a Escola que ele mesmo fundara dezesseis anos antes. Esse gesto de dissolução soa bastante coerente com o conceito de formação desenvolvido em todo seu ensino, um gesto que de certa forma *liberta* seus alunos da posição de discípulos que tenderia a sobreviver no seio de uma instituição psicanalítica. Lacan fundou, então, a *Escola da Causa Freudiana*, em uma tentativa de rever o dispositivo de formação, mas veio a falecer um ano depois, deixando em aberto esse projeto, sem enunciar quais seriam suas linhas diretivas. Deixou como legado para os outros analistas um campo fértil que precisa ser problematizado.

Em todos esses diferentes momentos em que Lacan busca um deslocamento acerca de suas formulações para situar o analista na cena formativa parecem incluir o fato que o *psicanalista paga com palavras*: com as interpretações ao seu analisante, com as anotações que produz para conduzir o trabalho analítico, com aquilo que precisa resolver de impasse teórico diante do *mais-um* ou diante dos pares no *passe*. Propomos neste artigo que tal fato somente se realiza no campo de uma ética e no contexto do Romance de Formação, essa travessia formativa que, a partir do cultivo incessante de restos, é sempre dobra de viagem sobre si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Barthes morreu antes de encontrar uma forma adequada para seu Romance em 1980 e Lacan chega no fim de sua vida em 1981. Ambos os autores, que mantiveram um olhar para o trabalho infinito com o significante e uma responsabilidade com a forma, encerram suas contribuições no ponto em que precisamos reiniciar, a cada vez, novas apostas.

Se a escrita daquilo que se passa em sessão pode ser encarada em algum registro da formação de analistas como um trabalho burocrático, objeto de controle ou prática menor em relação à análise pessoal, à prática clínica supervisionada e aos estudos teóricos, sustentamos, neste artigo, que, como escrita breve, como anotações a partir dos restos, é parte fundamental

da formação do analista e que colabora radicalmente para refletir sobre a escuta e sobre as intervenções que se faz na clínica. Corresponde à face textual que constrói o caso e opera a direção do tratamento.

A história de uma análise bem poderia se tornar escrita, como a publicação dos casos clínicos de Freud ou o romance que porventura possamos escrever a partir da construção de casos. Mas nos arriscamos a propor uma outra direção, mais ampla. O trabalho com os “restos daquilo que se escuta” ou a “escrita daquilo que se escuta” encontra nas anotações breves e no gesto de sua constante leitura e releitura, um campo de prática que constitui um verdadeiro campo de preparação ao longo do tempo. Um rastro que, no *só-depois*, pode vir a ser as pegadas de seu caminho formativo.

Aproximamos à ideia de *A Preparação do Romance* de Barthes o conjunto de tudo o que se anota ao longo dos atendimentos como rastros que tecem o que se escuta e o que se lê da teoria, assim como aproximamos do *Romance de Formação* a trajetória formativa do psicanalista, ideia de travessia que é uma jornada que se faz sozinho, embora na tessitura que se trava com seus pares. Escrever esse *Romance* talvez seja um exagero, mas tecer com os fragmentos poderia compor o traço de uma formação do analista. É, portanto, no cotidiano da escrita de breves notas sobre a clínica, “o material reservado”, que o percurso formativo do analista se faz, meio pelo qual ele escreve – sem saber – o movimento de seu pensamento e assim amplia sua condição de escuta e se inscreve como analista.

REFERÊNCIAS

- Aleksiévitch, S. (2016). *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Barthes, R. (2005) *A preparação do romance (volume 1)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barthes, R. (2004). *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes.
- Costa, A. (2001). *Corpo e escrita*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Dunker, C. (2005). Romance e tragédia da formação do psicanalista: as escolas lacanianas. *Jornal de Psicanálise*, 38(69), 151-164.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. ano VII, (1), 75-86. Recuperado em 25/03/2024 em <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/v9qDvJV5YY4tHQPdJtC9FgH/?format=pdf&lang=pt>
- Freud, S. (2010). Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”). In: Freud, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*, (pp.173-320). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2017a). Construções em análise. In: Freud, S. *Obras incompletas* (v. 6, pp. 365-381). Belo Horizonte: Autêntica. Obra original publicada em 1937.
- Freud, S. (2017b). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: Freud, S. *Obras incompletas* (Vol. 6, pp. 93-106). Belo Horizonte: Autêntica. Obra original publicada em 1912.
- Fröhlich, C. B. (2009). *Nas dobras de um conto: leitura e transmissão no clube do professor escritor-leitor*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Guin, U. K. (2021). *A teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: n-1.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: Lacan, J. *Escritos* (pp. 591-653). Rio de Janeiro: Zahar. Texto original publicado em 1958.

- Lacan, J. (2009). *O seminário*: livro 1. Rio de Janeiro: Zahar. Obra original publicada em 1953-1954.
- Medeiros, R. (2018). Elementos iniciais para uma crítica da formação profissional superior inspirada pelos dispositivos da escola de Lacan e a formação do analista. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XXI, 2, 277-288, 2018. Recuperado em 25/03/2024 em: <https://www.scielo.br/j/agera/a/5q5jX75ptVrszGxWyXd5qnq/>
- Varda, A. (Diretora). (2000). *Os catadores e eu*. França: Cine Tamaris.
- Porge, É. (2009). *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. Campinas: Unicamp.

NOTAS

- ¹ A construção do caso é uma construção teórica de leitura do caso clínico com que muitos psicanalistas têm operado nos últimos anos, especialmente junto a equipes de saúde mental. Em suma, a “construção do caso clínico” em psicanálise é o (re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que “caem”, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los, não ao pé do leito, mas ao pé da letra. Incluímos aí também as ações do sujeito, entendendo que são norteadas por uma determinada posição no discurso. (Figueiredo, 2004)
- ² Lembramos que a palavra “nota”, além de ser aquilo que se registra como anotação, designa também, em música, o som emitido por determinada frequência sonora; e as notas musicais, em si, também tem seu modo específico de serem grafadas.

Submetido em: 26/03/2024

Revisado em: 15/02/2026

Aceito em: 19/02/2026